

## **AS DIFICULDADES PARA GARANTIR O ABORTO LEGAL EM VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL EM MENORES DE IDADE**

Lavínia Valeska Rosa Santos<sup>1</sup>  
Jefferson Calili Ribeiro<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho discorre sobre as dificuldades para garantir o aborto legal, em vítimas da violência sexual em menores de idade. O inadequado apoio das autoridades legais e assistência social refletem um descaso ao direito de proteção à vida e a saúde em condições dignas de existência, de crianças vítimas de abuso sexual, estupro, as quais poderão ser gravemente afetadas, com problemas de saúde física e mental. Neste propósito, questiona-se: de que forma o poder judiciário junto à sociedade e aos hospitais podem agir para diminuir os danos causados pelo estupro a vítimas menores de idade? Assim, o objetivo geral do trabalho é identificar formas do poder judiciário junto à sociedade e aos hospitais poderem agir para diminuir os danos causados pelo estupro a vítimas menores de idade, especificamente, apontar alternativas de apoio a estas vítimas, destacando que a grande maioria das vítimas de estupro são de regiões mais precárias como zonas rurais, onde não há maternidade. Por meio da pesquisa bibliográfica, conclui-se que a discussão acerca do aborto no Brasil é polêmica, sobretudo de vítimas menores de idade, exigindo um esforço conjunto a fim de implementar medidas voltadas para a formação continuada dos profissionais e monitoramento das ações preconizadas pelas normas técnicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** aborto; violência sexual; menores de idades; proteção a vida; saúde física e mental.

### **ABSTRACT**

This work discusses the difficulties in guaranteeing legal abortion for victims of sexual violence against minors. The inadequate support from legal authorities and social assistance reflects a disregard for the right to protect life and health in dignified conditions of existence, of children victims of sexual abuse and rape, who may be seriously affected, with physical and mental health problems. . For this purpose, the question is: how can the judiciary, together with society and hospitals, act to reduce the damage caused by rape to underage victims? Thus, the general objective of the work is to identify ways that the judiciary, together with society and hospitals, can act to reduce the damage caused by rape to underage victims, specifically, to point out alternative support options for these victims, highlighting that the vast majority of Rape victims come from more precarious regions such as rural areas, where there is no maternity ward. Through bibliographical research, it is concluded that the discussion about abortion in Brazil is controversial, especially among underage victims, requiring a joint effort in order to implement measures aimed at the continued training of professionals and monitoring of actions recommended by the standards techniques.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito, Fadivale, laviniavaleska08@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Gestão Integrada do Território (GIT) pela Univale - MG e Especialista em Direito Médico e em Ciências Criminais. Professor de Direito Penal e Prática Processual Penal na Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale). Advogado. e-mail: mf.jcalili@hotmail.com

**KEYWORDS:** abortion; sexual violence; minors; life protection; physical and mental health.

## **SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO. 2 O ABORTO E A DIGNIDADE HUMANA DA MULHER. 2.1 COMO SURTIU O ABORTO LEGAL. 3 AS ALTERNATIVAS DE APOIO PARA AS VÍTIMAS EM CASOS DE ABORTO POR CONTA DO ESTUPRO EM MENORES DE IDADE. 3.1 CASO CONCRETO: A DIFICULDADE EM GARANTIR O DIREITO AO ABORTO LEGAL EM VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL. 3.2 O QUE DISPÕE A LEI SOBRE ABORTO PÓS ESTUPRO. 4 OS ESTUDOS QUE APONTAM ONDE A GRANDE MAIORIA DAS VÍTIMAS DE ESTUPRO SÃO DE REGIÕES MAIS PRECÁRIAS E/OU DE ZONAS RURAIS. 5 A CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO. 6 CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.**

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho contempla o tema Aborto e as dificuldades para garantir o aborto legal em vítimas da violência sexual em menores de idade. De forma delimitada, abordam-se os aspectos gerais e jurídicos que envolvem o assunto.

A pertinência do tema reside na necessidade de tratarmos sobre um assunto complexo, pois o aborto legal no Brasil, é um tanto quanto crítico, que causa muita dificuldade de acesso, mesmo sendo uma lei criada em 1940, há ainda muitos problemas. Se tratando da Lei nº 2.848, artigo 128, II CP; onde o aborto torna-se legal para vítimas de estupro, tem hospitais que se negam ou não tem a estrutura necessária para tal atendimento, principalmente tratando-se de menores de idade, que correm um risco maior a saúde e a vida, devido aos riscos do procedimento; isto posto, o presente trabalho tem como finalidade colocar em pauta sobre a criminalização do aborto.

Nesse contexto, questiona-se: de que forma o poder judiciário junto à sociedade e aos hospitais podem agir para diminuir os danos irreversíveis causados pelo estupro a vítimas menores de idade?

Dessa forma, o estudo trabalha com a hipótese de que diversas são as alternativas para as vítimas, como atendimento multidisciplinar com equipe bem preparada e informada, mais apoio junto a propagandas e anúncios com as informações devidas como: onde ir em casos de aborto em virtude do estupro em menores de idade, pois são inúmeros os relatos dos responsáveis pelas vítimas de não saberem onde obter informações.

Estudos apontam ainda que a grande maioria das vítimas de estupro são de regiões mais precárias e/ou zonas rurais onde não há maternidade, fazendo com que os responsáveis se desloquem para a região vizinha ou algum município mais próximo que tenha estrutura necessária para demandar tal caso.

Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é analisar de que forma o poder judiciário junto à sociedade e aos hospitais podem agir para diminuir os danos irreversíveis causados pelo estupro a vítimas menores de idade. Especificamente, apontar as diversas alternativas de apoio para as vítimas em casos de aborto por conta do estupro em menores de idade, bem como indicar que a grande maioria das vítimas de estupro são de regiões mais precárias e/ou de zonas rurais onde não há maternidade, e evidenciando criminalização do aborto, destacando que aborto deve ser tratado sobretudo como uma questão de saúde pública.

Como procedimento metodológico, utilizou-se de fonte indireta, valendo-se da pesquisa bibliográfica. O texto está dividido em seis partes, além desta introdução. O capítulo dois aborda a dignidade humana da mulher e como surgiu o aborto legal. O terceiro expõe as diversas alternativas de apoio as vítimas em casos de aborto devido do estupro e o que dispõe a lei sobre o aborto legal em vítimas da violência sexual. O capítulo quatro apresenta os estudos que apontam onde a grande maioria das vítimas de estupro são de regiões precárias. O cinco aborda a criminalização do aborto. Finalmente, as conclusões são feitas no capítulo seis.

## **2 O ABORTO E A DIGNIDADE HUMANA DA MULHER**

No Brasil, vive-se em um Estado Democrático de Direito, sob a égide de princípios e garantias individuais, cuja principal finalidade é proteger os direitos fundamentais, inerentes a todos os indivíduos.

A Constituição Federal de 1988 elenca todos os direitos essenciais a uma vida humana digna, disposto principalmente no art. 5º, caput, sendo um dos basilares o direito à vida, constituindo-se cláusula pétrea, prevendo:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988, p. 2).

Ademais, no ordenamento jurídico brasileiro a proteção ao direito à vida, não se fez somente a partir do nascimento, mas, há preocupação em resguardar os direitos do nascituro, que segundo Venosa (2013, p. 142), pode ser descrito como:

O nascituro é um ente já concebido que se distingue daquele que não foi ainda concebido e que poderá ser sujeito de direito no futuro, dependendo de uma prole eventual; isso faz pensar na noção de direito eventual, isto é, um direito em mera situação de potencialidade para o que nem ainda foi concebido.

Conclui-se, que o nascituro é aquele indivíduo já concebido, entretanto, não nascido, no qual, conforme previsão do artigo 2º do Código Civil, ao dispor que: “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro [...]” (BRASIL, 2002, p. 1), já resguarda e garante direitos ao nascituro.

Diante desse sistema protecionista, a discussão sobre a temática do aborto causa grande controvérsia em nossa sociedade, causando controvérsia entre defensores e opositores sobre a descriminalização da prática do aborto no país. Nesse sentido Diniz (2014, p. 62), conclui que:

Hodiernamente, em pleno século XXI, encontramos-nos diante de duas orientações diversas: a que propugna a descriminalização total ou parcial do aborto e a que pretende mantê-lo como crime, com punição mais ou menos severa, havendo forte tendência de atenuar a pena para a mulher que o pratica, ou que com ele consente, agravando-a, contudo, para os abortadores. [...]. Temos poucas legislações que permitem o aborto livremente consentido e procurado pela gestante, pois a maior parte acolhe sua “descriminalização” parcial, tornando-o “legal” apenas em determinadas circunstâncias previstas normativamente.

Nota-se que de um lado, defende-se a aplicação dos princípios da dignidade da pessoa humana, a autonomia sobre próprio corpo e os direitos sexuais e reprodutivos da mulher que é sujeito de direito, sendo o aborto uma questão de saúde pública, no qual deve ser descriminalizado.

No outro, pautados na inviolabilidade do direito à vida, com os do direito do nascituro, no qual a realização do procedimento abortivo em quaisquer circunstâncias é inaceitável, visto que, fere preceitos constitucionais.

Nesse sentido, a legislação Penal Brasileira criminaliza a prática do aborto em seus artigos 124 aos 127 do Decreto-Lei 2.848/40, de modo a proteger o direito à vida, porém, existem exceções legais previstas no artigo 128 do mesmo código, em que não se pune a realização do procedimento abortivo, sendo eles quando inexistente outro meio para salvar a vida da gestante ou se a gravidez for resultante de estupro, e o permitido pela jurisprudência quando se trata de fetos anencefálicos.

O Código Penal de 1940 criminaliza a prática do aborto, contudo, não conceitua o que seria o considerado aborto, sendo esta definição realizada pela doutrina. Capez (2014, p. 112) ao abordar o tema discorre que:

Considera-se aborto a interrupção da gravidez com a consequente destruição do produto da concepção. Consiste na eliminação da vida intrauterina. Não faz parte do conceito de aborto, a posterior expulsão do feto, pois pode ocorrer que o embrião seja dissolvido e depois reabsorvido pelo organismo materno, em virtude de um processo de autólise; ou então pode suceder que ele sofra processo de mumificação ou maceração, de modo que continue no útero materno. A lei não faz distinção entre o óvulo fecundado (3 primeiras semanas de gestação), embrião (3 primeiros meses), ou feto (a partir de 3 meses), pois em qualquer fase da gravidez estará configurado o delito de aborto, quer dizer desde o início da concepção até o início do parto.

Assim sendo, conclui-se que o aborto pode ser caracterizado como à interrupção voluntária e intencional da gravidez, independentemente da idade gestacional, bastando para sua caracterização a morte da vida intrauterina.

O direito penal ao criminalizar o aborto, objetiva proteger o bem jurídico da vida humana em formação, no qual o sujeito ativo pode ser a gestante (crime próprio), ou quaisquer pessoas (crime comum), tratando-se de crime doloso, não admitindo a conduta culposa, que se consuma com a morte do feto ou embrião, buscando incriminar a conduta de “provocar aborto”, de forma a atentar contra a vida do ser em formação.

Portanto, o aborto pode acontecer de forma espontânea (quando há uma interrupção da gravidez naturalmente ou acidentalmente) induzida (quando há a interrupção da gravidez intencionalmente).

Considerando que o aborto, nos casos previstos em lei, é um direito garantido à mulher e, tendo como parâmetro o posicionamento do Supremo Tribunal Federal quanto ao assunto em questão, seria interessante a utilização de tal acórdão, como base para sancionar uma lei que viesse padronizar o procedimento do aborto legal no Sistema Único de Saúde.

A necessidade normativa, perfaz à medida que todas as mulheres que são vítimas do crime de estupro enfrentam diversas dificuldades para que lhes sejam resguardados seus direitos e garantias fundamentais.

É nítida a necessidade de padronização na realização dos procedimentos abortivos admitidos em lei, pois, sem tal regulamentação, faz com que se torne algo desajustado e inacessível às mulheres que optam pela realização do procedimento abortivo.

Dessa forma, os hospitais não poderiam impor uma série de requisitos não previstos em lei, que somente dificultam o acesso a prática do aborto pelas mulheres que procuram em um momento que estão vulneráveis, pois, com a criação da lei e de acordo com o princípio da legalidade, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

De acordo com a pesquisa realizada pela Organização não-governamental muitos hospitais solicitam a realização de um boletim de ocorrência e diversas outras informações, que acabam por constrangerem a vítima. Como pôde ser constatado através de leitura ao Código Penal, em momento algum é listado como obrigatório, ou sequer necessário, a realização de um boletim de ocorrência e demais exigências.

Sendo possível se notar que quando a vítima procura o hospital para relatar o trauma e a violência ocorrida, se encontram em um momento de extremo medo e constrangimento, devido ao abalo psicológico sofrido, necessitando apenas de acolhimento e tratamento digno, não de um processo completamente burocrático, intimidador e constrangedor. Uma vez que a gravidez decorrer do crime de estupro, crime este que é considerado hediondo, conforme o §1º, inciso V, da Lei de Crimes Hediondos nº 8.072/90, as suas consequências deveriam ser melhores observadas, em relação as vítimas que já se encontram extremamente vulneráveis, necessitariam serem melhores amparadas, pois, o crime em questão pode ocorrer com qualquer mulher de nossa sociedade, assim, há uma necessidade ter uma maior proteção legal de seus direitos, principalmente àqueles que envolvem seu corpo e seu estado emocional.

## 2.1 COMO SURTIU O ABORTO LEGAL

Conforme Roumieh (2023), na Antiguidade, a função de abortista funcionava assim como a de parteira, e muitas vezes era exercida pela mesma pessoa. Apesar de o ato ter sido comum na época, é difícil encontrar registros, já que foi proibido por diversos grupos em diversas épocas que tinham o interesse em desaparecer com registros de uma prática que eles rejeitavam. Os abortos aconteciam de forma natural, com ervas e outros frutos naturais que facilitavam o procedimento e não causavam danos permanentes às mulheres. As ervas e os frutos eram estudados e utilizados a partir de conhecimentos ancestrais.

O aborto era um ato tolerado pela sociedade que passou a ser considerado imoral, haviam muitas mulheres que utilizavam de tal método para terem aparência física bem-vista pela sociedade, já que nesta época era um grande paradoxo no meio social. Assim, os números de abortos cresceram de forma exponencial e aí então os conservadores e legisladores passaram a considerá-lo um ato criminoso. Como consequência foi instaurada a Lei Cornélia que punia a mulher com pena de morte se consentisse com a prática abortiva. Já em relação a quem praticasse o ato, aplicava-se a mesma sanção, porém com a possibilidade de suavizar a pena caso a gestante não viesse a falecer no processo abortivo.

Na Grécia quanto na Roma antiga, o feto era considerado parte do corpo da mulher, e então parte da propriedade do homem. Desta forma, o aborto só podia ocorrer com autorização do marido.

A ética do aborto ligada à moral religiosa surgiu nos primórdios do cristianismo. Por influência de Tomás de Aquino, achava-se que o feto recebia a alma após 60 dias de sua geração. Assim, se feito antes dos 60 dias, o aborto não era visto como pecado. Essa ideia permaneceu até 1588.

Foi no século XIX que começaram a surgir leis específicas contra o aborto, inicialmente na Inglaterra e países próximos. Em 1803 o aborto se tornou proibido na Inglaterra e podia ser punido até mesmo com a pena de morte. Lá, o aborto em caso de risco para a gestante só foi autorizado por lei a partir dos anos 1920.

A opinião social e religiosa sobre o aborto se concretizou quando, em 1869, o Papa Pio IV declarou todos os abortos como assassinatos. A frase “a vida humana



começa no momento da concepção” não foi criada pelo Vaticano, mas surgiu de uma campanha iniciada por médicos no século XIX e ganhou força com os católicos.

No decorrer do século XIX, no auge da revolução científica, médicos, o clero e reformadores sociais entre outros, conseguiram aprovar leis que proibiram totalmente a prática do aborto. Já no final do século XIX e no início do século XX, surgiu na Europa, especialmente na Inglaterra e França, movimentos feministas defendendo o direito da mulher ao aborto.

No Brasil em 1940, quando o Código Penal estabeleceu, oficialmente, que aborto é crime, mas com exceções a casos de estupro ou quando a vida da gestante estiver em risco. O Supremo autoriza a interrupção da gestação para os casos de anencefalia, marcando a primeira alteração à Lei Penal do aborto desde o Código Penal de 1940. O tribunal entende que essa autorização protege os direitos à vida, à dignidade da pessoa humana, à saúde ao direito de não ser submetida a tortura.

No Brasil, a interrupção da gestação somente é permitida nestes três casos, a saber: I) Casos de estupro (Art. 128, II, CP); II) Risco de morte para a gestante (Art. 128, I, CP); e III) Feto diagnosticado com anencefalia fetal (Art. 128, III, CP).

Porém, mesmo nos casos que se encaixam no perfil, há muitos obstáculos para concretizar o aborto. Vítimas de violência sexual, por exemplo, são discriminadas e não conseguem interromper a gestação resultado de estupro por negligência, omissão e desinformação. Há projetos de lei no Congresso, que buscam tanto descriminalizar o aborto quanto fortalecer ainda mais as regras para o aborto já previstas na legislação brasileira, mas no decorrer dos anos já obtiveram grandes mudanças e avanços no tocante de tal cenário.

### **3 AS ALTERNATIVAS DE APOIO PARA AS VÍTIMAS EM CASOS DE ABORTO POR CONTA DO ESTUPRO EM MENORES DE IDADE.**

O artigo 128 incisos II, que trata sobre o aborto legal quando a gravidez é oriunda do estupro, criado pelo Poder Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado Federal), está dentro do permitido por lei. Claramente nesses casos não há outra opção, além do procedimento ser classificado como aborto sentimental, humanitário e ético, esse procedimento tem como objetivo desvincular um sofrimento causado anteriormente a esse.



A violação sofrida por aquele menor incapaz que foi vítima do estupro, seguida por uma gravidez indesejada, representa uma dupla violação de seus direitos e uma situação seriamente obscura.

“Jovens enfrentam desafios adicionais ao buscar interromper a gestação indesejada, pois muitas vezes enfrentam obstáculos legais, sociais e religiosos que dificultam o acesso ao aborto seguro e legal (GALLI, 2020).”

São inúmeras as complicações advindas do aborto, as supracitadas são apenas as complicações físicas relacionadas a saúde, há também as complicações psicológicas e até física.

### 3.1 CASO CONCRETO: A DIFICULDADE EM GARANTIR O DIREITO AO ABORTO LEGAL EM VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL

O abuso sexual e a subsequente gravidez colocaram uma menina em situação de grande vulnerabilidade e sofrimento, quando aos 10 anos de idade sofreu abuso sexual e conseqüentemente a gravidez indesejada, logo foi a procura do seu direito como vítima amparada por lei, entretanto, enfrentou dificuldades para obter a autorização necessária para interromper a gestação, quando foi impedida de realizar o procedimento por sua corresponsável, ao serem informadas pelo médico da unidade de saúde que, a vítima e o feto corriam risco de vida, caso optassem pela interrupção da gravidez. Assim sendo, a decisão foi de seguir com a gravidez, após o bebê já ter completado 1 ano de vida, a mesma criança que havia sido vítima de estupro e de uma gravidez indesejada, volta a passar pelo mesmo pesadelo. A notícia da gestação se deu quando ela foi levada ao hospital da cidade com intensas dores abdominais. No hospital, juntamente com a assistente social, informaram a Polícia Civil do ocorrido. A justiça, sensibilizada com a recorrência e a gravidade da situação, concedeu uma liminar autorizando a realização do aborto, reconhecendo que a gestação decorria de um estupro e que havia risco à saúde física e psicológica da menina, entretanto, a família da criança possuía convicções religiosas contrárias ao aborto, decidiu se opor à decisão judicial e recorreu da liminar, que proibia a interrupção da gestação. A Justiça autorizou que a menina fosse submetida a um procedimento de aborto no Centro Integrado de Saúde Amauri de Medeiros (Cisam) localizado em Recife, Pernambuco. Essa decisão, embora amparada em fundamentos legais e considerando os aspectos de saúde e bem-estar da criança, não deixou de gerar

controvérsias intensas. A vítima, vinha sendo abusada pelo próprio tio desde os 6 anos de idade, e sua família teve sua privacidade profundamente afetada. Durante o período em que buscavam o procedimento médico necessário, um grupo de pessoas se aglomerou em frente à clínica, de mãos dadas, proferindo palavras duras como "Assassino" direcionadas ao médico Moraes Filho.

O caso se repercutiu, pela incidência e pouca idade da menina, e a realização do aborto tornou-se alvo de intensos debates e controvérsias na sociedade brasileira. Enquanto alguns defendiam o direito da menina de interromper a gravidez, levando em consideração sua idade, sua saúde física e mental e o contexto traumático do estupro, outros se opuseram ao aborto com base em convicções religiosas e morais. Essa situação ilustra o quão difícil é para menores incapazes, garantir até mesmo o direito estabelecido a elas pela própria legislação. As barreiras legais, burocráticas e culturais muitas vezes as colocam em uma posição de desamparo, privando-as do direito fundamental de tomar decisões sobre seus próprios corpos e de buscar cuidados de saúde adequados, além disso, é essencial considerar as consequências físicas, emocionais e psicológicas que uma gravidez decorrente de um estupro impõe a essas crianças e jovens.

A desigualdade social exerce um impacto profundo nesses casos, crianças e adolescentes que engravidaram em decorrência de estupro enfrentam maiores dificuldades para exercerem seu direito à interrupção da gestação. Essa desigualdade se manifesta em diversas esferas, desde o acesso a serviços de saúde até a capacidade de enfrentar os obstáculos impostos pela sociedade e pelo sistema legal.

Um fator crucial é o acesso limitado a recursos financeiros e à assistência médica adequada, a falta de recursos financeiros pode limitar seu acesso a clínicas privadas ou a serviços especializados, obrigando-as a recorrerem a alternativas menos seguras ou a enfrentarem a burocracia do sistema público de saúde. Além disso, a desigualdade social afeta a capacidade das meninas de enfrentarem o estigma e a pressão social relacionados à gravidez resultante de um estupro. Em contextos de desigualdade, há uma tendência maior de culpabilização da vítima e de estigmatização, o que pode dificultar a busca por apoio e o exercício dos direitos reprodutivos.

A falta de apoio emocional e psicossocial adequado torna mais grave o sofrimento das meninas nessas circunstâncias. É fundamental reconhecer que a desigualdade social acentua a marginalização das meninas que passaram por estupro

e engravidaram, limitando suas opções e negando-lhes o apoio necessário para lidar com essa situação traumática. Nos casos decorrentes de estupro de vulnerável, não há razão por inibir quaisquer complicações que o procedimento tem por ocasionar.

O médico obstetra Olímpio Barbosa de Moraes Filho destacou em uma entrevista ao BandNews, o risco obstétrico de hemorragia, bem como a falta de estrutura psicológica para lidar com a maternidade decorrente de uma violência. Sua preocupação principal é preservar a criança vítima do estupro e, em seguida, fornecer o apoio psicológico necessário para que ela supere essa situação traumática (O TEMPO, 2020, p. 1).

Esse caso concreto evidencia a complexidade e a delicadeza do debate em torno do aborto, revelando como situações extremas podem desafiar a interpretação de leis e envolver uma série de fatores, como a proteção da vítima, a liberdade de escolha, a saúde mental e física da mulher e a influência de convicções religiosas e valores éticos. Essas discussões destacam a necessidade de uma reflexão cuidadosa e compassiva sobre a questão do aborto, buscando equilibrar a proteção dos direitos das mulheres com a defesa da vida e os valores morais da sociedade.

### 3.2 O QUE DISPÕE A LEI SOBRE ABORTO PÓS ESTUPRO

O abortamento é um fato típico, ou seja, está previsto no tipo penal, mas não é criminoso, pois não é antijurídico. Trata-se do chamado “aborto sentimental” “aborto ético” ou “aborto humanitário”, uma das hipóteses de “aborto legal”, ou seja, de “aborto não criminoso”. Nesse caso, exige-se o consentimento da mulher que foi estuprada ou, quando incapaz, de seu representante legal. É, como o sistema penal considera lícita e não criminosa a prática do abortamento nessa situação, é direito da mulher interromper a gestação decorrente de estupro.

O estupro era um crime praticado contra a mulher e exclusivamente mediante a prática de conjunção carnal (penetração do pênis na vagina). Assim, se uma mulher ficasse grávida sem que houvesse conjunção carnal, vítima, por exemplo, do crime de “atentado violento ao pudor” (CP, art. 214), ela, aparentemente, não teria direito ao abortamento, pois não se podia falar em estupro. Entretanto, a jurisprudência e a doutrina ensinavam que, por analogia, o abortamento também podia ser praticado

quando a gravidez resultava de “atentado violento ao pudor”. Hoje, todavia, não há mais necessidade de invocar a analogia.

Código Penal, artigo 213: constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

Código Penal, artigo 128, inciso II: não se pune o aborto praticado por médico (II) se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Código Penal, artigo 214: constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal (BRASIL, 1940, p. 34).

A Constituição Federal e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos garantem à mulher o direito à integral assistência médica e à plena garantia de sua saúde sexual e reprodutiva. Por conseguinte, se o nosso sistema jurídico permite a prática do abortamento ético, considerando-o absolutamente lícito, seria um absurdo incompreensível negar assistência médica à mulher que pretende interromper uma gravidez decorrente de crime sexual, punindo o médico que pratica o abortamento a pedido dessa mulher e obrigando-a a suportar os riscos, inclusive de morte, de um abortamento clandestino, marginal e inseguro, praticado em local inadequado, sem as necessárias e imprescindíveis condições técnicas, em condições precárias de higiene, sem assistência psicológica, sem acompanhamento profissional e sem qualquer respeito à dignidade humana. Decididamente, “a saúde é direito de todos e um dever do Estado”.

Não se pode permitir o abortamento legal, sentimental, ético ou humanitário, considerando-o lícito, e, ao mesmo tempo, abandonar a vítima que deseja praticá-lo. O aborto pós-estupro é um direito da vítima garantido pelas normas internacionais de direitos humanos, pela Constituição Federal e, especificamente, pela legislação penal. É por isso que também consta nas normas de Direitos Humanos que nos casos de abortamento não criminoso, “os sistemas de saúde devem capacitar e equipar as pessoas que prestam serviços de saúde e tomar outras medidas para assegurar que o aborto se realize em condições adequadas e de forma acessível, e medidas adicionais tomadas para salvaguardar a saúde da vítima. Em resumo, a prática do abortamento, quando a gravidez resulta de estupro ou de qualquer crime contra a dignidade sexual, é um abortamento lícito e não criminoso.

#### **4 OS ESTUDOS QUE APONTAM ONDE A GRANDE MAIORIA DAS VÍTIMAS DE ESTUPRO SÃO DE REGIÕES MAIS PRECÁRIAS E/OU DE ZONAS RURAIS**

No Brasil, identificou-se, segundo Valenga (2021), que 252.786 meninas de 10 a 14 anos, além de 12 meninas com menos de 10 anos, engravidaram e tiveram filhos nascidos vivos nos últimos dez anos (2010-19), o que representa uma taxa de meninas mãe de 0,9%, ou do crime de gravidez de vulnerável no país, uma média de 25.280 casos por ano, ou 69 crimes presumidos/dia. Meninas que por falta de apoio, informação e/ou de acesso ao aborto legal acabaram por parir outra criança, e podem continuar expostas à atividade sexual sob coação. Os estados que apresentaram na década as maiores taxas de meninas mães foram: Acre, Amazonas, Roraima, Alagoas com taxas de 1,6 a 1,8%; Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão com taxas de 1,1 a 1,5%; Rondônia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com taxas de 0,9 a 1,0%. Os demais tiveram taxas menores que a média do Brasil, e o DF foi o que apresentou o menor índice, com 0,4%. Nestes últimos também quase sempre é menor o percentual de meninas e adolescentes com escolaridade inferior a 3 anos. As regiões brasileiras com maiores taxas foram a Região Norte (1,5%) e Região Nordeste (1,2%). As menores taxas estão na Região Sul (0,6), Sudeste (0,6) seguidas da Centro-oeste (0,8). São taxas também preocupantes, que pouco se alteraram ao longo dos anos. Temos uma ausência do estado em todos os níveis para tratar de forma adequada esta realidade. Meninas e jovens que são abandonadas à própria sorte, com provável abandono escolar e um futuro mais difícil, sem muitas perspectivas.

É assustador constatar que no Brasil, a cada ano, cerca de 25.000 meninas se tornaram mães, em decorrência de estupro. Com esses dados pode-se inferir que a violência sexual, ou o estupro de meninas, não está sendo combatido por políticas públicas efetivas no país. O acesso à educação, à serviços de saúde sexual e reprodutiva, e ao aborto legal, tem sido dificultados, negligenciados ou negados para a maioria das meninas e mulheres vítimas de estupro; muitas desconhecem os seus direitos e não são orientadas corretamente para fazerem suas próprias escolhas. As consequências e as repercussões da gravidez.

#### **5 A CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO**

A ilegalidade do aborto no Brasil provoca inúmeras consequências negativas para a saúde das mulheres, a discussão referente ao aborto no País deve ser encarada e entendida como uma situação que exige cuidados em saúde e respeito aos direitos humanos.

A prática do aborto, o médico só deve agir mediante prova contundente do alegado pela gestante, que é resultante de estupro, assim a gestante não terá a obrigação de aceitar uma maternidade odiosa, e o aborto só se mostrará permitido em face do prévio consentimento da gestante, e se ela for incapaz, a responsabilidade do consentimento recai sobre seu representante legal. Acrescenta Aníbal Bruno:

Doutrinadores designam-no como indicação ética ou emocional, estabelecendo que o legislador focou, como exclusão do ilícito do aborto, dada a aversão que se pode desenvolver na gestante ao fruto da violência, gerado sem amor, e que se tornará em imagem viva da ofensa e humilhação de que foi vítima; pela situação aflitiva criada por aquele 5 permanente testemunho de sua desonra (BRUNO *apud* SPOLIDORO, p. 142, 1997).

As mulheres ao serem impedidas de ter acesso à saúde por meio do tratamento adequado ao seu caso, têm sido violadas a sua honra e dignidade. Assim sendo o Código Penal deve ser interpretado de modo evolutivo. A criminalização do aborto é socialmente um flagelo, que vem atingindo principalmente as mulheres mais pobres, que carecem de recursos financeiros para dispor de um atendimento clínico adequado. Um fato estudado e comprovado é que a proibição não diminui a prática do aborto, mesmo com a proibição o aborto continua acontecendo, e desta maneira, sem assistência devida pode ocorrer consequências deletérias.

Provenientes as classes sociais mais pobres, costumam não ter condições financeiras para pagar por um procedimento seguro e recorrem a métodos caseiros e que há indicações do medicamento, e na maioria das vezes comprados sem descrição médica, com maiores riscos de complicações. E diante de um aborto malsucedido, estudos mostram que elas têm maior dificuldade no acesso a serviços de saúde, o que aumenta o risco à vida dessas mulheres.

## 6 CONCLUSÃO

Este trabalho ressaltou que o aborto, ainda, é um assunto muito polêmico, com grande repercussão e de pouco entendimento, mesmo em caso de estupro, o qual é amparado pelo ordenamento jurídico.

Na análise desenvolvida, identificou-se alguns conceitos e formas legais, para que se compreenda o que motivou a legislação ser modificada e alguns doutrinadores a aprovar o regimento, estabelecendo um paralelo entre as leis religiosas e as leis do homem. Sendo a decisão proferida um precedente, que vem abrir novas discussões em torno da temática do aborto, o país se encaminha para um enfrentamento à ideia de criminalização das mulheres que optam pelo aborto.

Em um caso apresentado, revelou-se a dificuldade em garantir o direito ao aborto legal em vítimas da violência sexual menores de idade. Neste contexto, é fundamental ao Estado formular medidas públicas e de conscientização sexual buscando a preservação da dignidade da pessoa humana, sendo importante considerar que este é um caminho longo a se percorrer, e por esse motivo se faz necessário que se inicie com urgência.

Apesar dos esforços de ambos os lados para que haja uma ampliação ou retrocesso na lei, a situação do aborto no Brasil permanece a mesma desde 1940. Ainda assim ficou demonstrado ao longo do esboço do artigo, que o problema da moralidade do aborto já vem há séculos, portanto é histórica, e as entidades religiosas e a sociedade até o presente momento têm dificuldade para aceitar essas formas de aborto que se tornaram legalizadas pela legislação brasileira.

Por fim, os resultados aqui estudados colocam o aborto sob a perspectiva de encontrar o progresso da civilização, o desenvolvimento da sociedade que supera os preconceitos, e a crença em garantir aquilo que a humanidade sempre valorizou que é a liberdade de escolha e direção de sua existência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 1.508 de 1º de setembro de 2005**. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez 28 nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. Brasília, DF:



Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.282-de-27-deagosto-de-2020-274644814>. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Caderno nº 4). Disponível em: Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm). Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código penal. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 14 set. 2023.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte especial. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 2.

DINIZ, D., CORRÊA, M., SQUINCA, F., BRAGA, K. S. **Aborto**: 20 anos de pesquisas no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GALLI, Beatriz. Desafios e oportunidades para o acesso ao aborto legal e seguro na América Latina a partir dos cenários do Brasil, da Argentina e do Uruguai". **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020. Sup 1: e00168419.

G1. 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. **G1**, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2023.

HISTÓRIA DIGITAL. Uma breve história do aborto. **História Digital**, 20 fev. 2013. Disponível em: <https://historiadigital.org/artigos/uma-breve-historia-do-aborto/>. Acesso em: 29 set. 2023.

MIGALHAS. Aborto: O absurdo caso de criança grávida por estupro pela segunda vez. **Migalhas**, 1 fev. 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/380946/aborto-o-absurdo-caso-de-crianca-gravida-por-estupro-pela-segunda-vez>. Acesso em: 13 set. 2023.

O TEMPO. Conheça o histórico do médico que interrompeu a gravidez da menina de 10 anos: **O Tempo**, 18 ago. 2020. Disponível em:

<https://www.otempo.com.br/brasil/conheca-o-historico-do-medico-que-interrompeu-a-gravidez-da-menina-de-10-anos-1.2373609>. Acesso em: 29 set. 2023.

PELISOLI Cátula, PICCOLOTO, Luciane Benvegnu. Prevenção do abuso sexual infantil: estratégias cognitivo comportamentais na escola, na família e na comunidade. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 1-11, 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872010000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872010000100007). Acesso em: 28 set. 2023.

ROUMIEH, Erica Yazigi. Evolução histórica do aborto. **Conteúdo Jurídico**, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/a-historia-do-aborto-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 13 set. 2023.

SPOLIDORO. **O aborto e sua antijuridicidade**. São Paulo: Editora LEJUS, 1997.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Súmula n. 593. Crime de estupro de vulnerável. **RSSTJ**, ano 9, v. 46, p. 685-721, dez. 2017.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito civil: parte geral**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v.1.

VALENGA, Daniela. Uma criança é mãe a cada 20 minutos no Brasil. **Via Portal Catarinas**, 18 out. 2021. Disponível em: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/noticias/uma-crianca-e-mae-a-cada-20-minutos-no-brasil/>. Acesso em: 29 set. 2023.